



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Divulgar o ponto de situação do contrato do Matadouro e o seu projecto de desenvolvimento

Em Junho de 2013, a RAEM e a Matadouro de Macau, S.A. celebraram o contrato de concessão da exploração do Matadouro de Macau, pelo prazo de dez anos, desde 5 de Junho de 2012 até 4 de Junho de 2022. Em Maio de 2022, apresentei uma interpelação escrita solicitando ao Governo a prestação de esclarecimentos sobre o rumo de desenvolvimento do matadouro e que aproveitasse o termo do contrato para actualizar as cláusulas respectivas, no sentido de acompanhar a evolução dos tempos. Infelizmente, só dois meses após o termo do contrato (4 de Agosto de 2022) é que o Governo prorrogou, com base nas cláusulas contratuais originais, por dois anos, o prazo da “escritura pública de concessão para a exploração do Matadouro de Macau”, desde 5 de Junho de 2022 até 4 de Junho de 2024.

Questionei o Governo sobre o planeamento do Matadouro, em Abril quer do ano passado quer deste ano, mas o Governo respondeu sempre que estava “a estudar o rumo de desenvolvimento do Matadouro”. Tanto a sociedade como o sector em causa não sabem nada sobre a posição do Governo, o andamento dos trabalhos e o rumo a seguir. O prazo da prorrogação de dois anos já terminou, mas até ao momento (19 de Julho de 2024) ainda não foi publicado qualquer despacho sobre o contrato, apenas vimos a ordem executiva do Chefe do Executivo, de Maio deste ano, delegando poderes no Secretário para a Administração e Justiça, Cheong Weng Chon, para representar a Região Administrativa Especial de Macau na escritura pública relativa à



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

“Alteração ao Contrato de Concessão da Exploração do Matadouro de Macau”, e numa breve apresentação na página oficial da Matadouro de Macau S.A., pode ler-se que a mesma celebrou com o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, várias vezes e com sucesso, o “Contrato de Concessão para a Exploração do Matadouro de Macau”, e o prazo de validade mais recente é até Junho de 2029.

Os potenciais problemas do Matadouro de Macau preocupam a sociedade, uma vez que, em 2023, as receitas da sociedade em causa foram de 22,92 milhões de patacas, das quais mais de 48% provieram de serviços adjudicados pelo Instituto para os Assuntos Municipais (incluindo serviços de arrendamento do entreposto do Matadouro de Macau, de transporte de carcaças para os mercados municipais e de gestão de veículos de transporte de carcaças, entre outros). Contudo, o valor dos prejuízos anuais mantém-se em 3,7 milhões de patacas, e o valor dos prejuízos acumulados até ao final de 2023 foi de 34,44 milhões de patacas, aproximando-se do capital social de 40 milhões de patacas.

A Matadouro de Macau, S.A. entrou em funcionamento há mais de 36 anos, e já no relatório do Conselho de Administração de 2020 se menciona que “algumas infra-estruturas já se encontram muito deterioradas e existem várias preocupações. Ao longo dos anos, o Matadouro tem sido sujeito a pequenas reparações e melhorias. Alguns equipamentos de abate estão desactualizados e o Matadouro dispõe apenas de equipamentos para uma linha de abate de suínos e uma de bovinos, por isso, não é possível proceder à substituição plena e em grande escala dos equipamentos sem prejuízo da produção e abate quotidianos”. No relatório de trabalho do Conselho de Administração de 2021, refere-se ainda que, em Novembro de 2020, houve uma grande avaria nos equipamentos da linha de produção de abate de suínos, e que, no



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

dia desse acontecimento, todo o processo de abate sofreu um atraso de cerca de duas horas, devido à realização da necessária reparação urgente. A sociedade em causa procedeu a uma retrospectiva e melhorou as medidas temporárias de contingência em caso de avaria, mas o relatório salienta que “os principais equipamentos de abate já estão a ser utilizados há mais de dez anos e, ao longo destes anos, só se tem conseguido assegurar, dentro do possível, as respectivas reparação e manutenção, e algumas pequenas melhorias. Possivelmente, vão ocorrer avarias no futuro, e não vai ser possível a sua reparação sem haver suspensão do abate.”.

Para além dos equipamentos obsoletos, a situação dos recursos humanos também merece a nossa atenção. No relatório de trabalho do Conselho de Administração de 2023, adianta-se que, no ano de 2023, cessaram funções 13 trabalhadores, dos quais 6 com mais de 65 anos, que foram desligados do serviço para efeitos de aposentação, entraram 4 novos trabalhadores, mas 2 deixaram o emprego passado pouco tempo, por não se habituarem ao ambiente de trabalho. Até ao final de 2023, a sociedade em causa contava com 82 trabalhadores (menos 9 do que no ano anterior), 27 dos quais com mais de 65 anos, portanto, uma falta e um envelhecimento graves dos recursos humanos, e no final de 2022, adjudicaram-se os trabalhos de limpeza e segurança a uma terceira entidade, e até se mobilizaram os seus trabalhadores para os departamentos de abate e de transporte, entre outros, para preencher as respectivas vagas.

Os equipamentos obsoletos e a falta de mão-de-obra também afectam o fornecimento de carne. Já em 2012, não foi possível atingir o equilíbrio entre as receitas e as despesas nos serviços de abate de bovinos, principalmente devido ao baixo número de abates, que atingiu 2335 por ano (cerca de 6 por dia). No entanto,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

excluindo 2022, ano em que o abate de bovinos foi suspenso devido à epidemia, em 2023, registou-se o mais baixo número de abate de bovinos desde que há registos, com apenas 1447 ao longo do ano (cerca de 4 por dia), representando uma redução de 38% em relação a 2012. A sociedade em causa explicou que o abate de bovinos exige mais de 10 trabalhadores, devido à grande dimensão dos animais, ao processo em si, que é complicado, e às técnicas de abate mais exigentes. Fazendo os cálculos com base na taxa de serviço de abate, que é de 280 patacas por vaca (no ano de 2021), as receitas correspondentes não chegam sequer para pagar o salário diário dos trabalhadores.

Em suma, devido à desactualização dos equipamentos do Matadouro, à dependência excessiva de recursos humanos na maior parte dos procedimentos, e à complexidade do processo de abate dos animais, torna-se difícil atrair novos trabalhadores para assegurarem este trabalho indesejado, conseqüentemente, o volume e a qualidade da produção não conseguem acompanhar a evolução dos tempos nem corresponder às necessidades do mercado. Segundo alguns operadores de restaurantes de *hot pot*, o Matadouro de Macau não consegue fornecer-lhes a carne fresca que pedem, o que afecta o desenvolvimento do sector da restauração. Então, “a baixa procura de carne de vaca fresca no mercado de Macau” é mesmo porque não há procura ou será por causa da qualidade? O Governo deve encarar seriamente a questão da reforma do Matadouro e ouvir as opiniões do sector!

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Em 2022, o Governo assinou com a Matadouro de Macau, S.A. a “Alteração ao Contrato de Concessão da Exploração do Matadouro de Macau, S.A.R.L.”, para a respectiva prorrogação até 4 de Junho de 2024. Até à presente data (19 de Julho de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2024), o Governo ainda não publicou nenhum despacho sobre o contrato, mas segundo uma breve apresentação na página oficial da Matadouro de Macau S.A., o prazo de validade mais recente do contrato de concessão é até Junho de 2029. Então, o Governo já prorrogou o contrato por mais cinco anos? Em caso afirmativo, qual é o conteúdo do contrato? Por que razão é que o Governo não o divulgou rapidamente? O contrato só foi assinado em 2013, com efeitos retroactivos a 5 de Junho de 2012, ou seja, terminou em Junho de 2022, e a alteração ao contrato só foi celebrada em 4 de Agosto. O prazo do contrato já expirou há mais de um mês, mas ainda não foram publicados novos contratos nem alterações ao contrato. O Governo não celebrou, atempadamente e por várias vezes, os contratos de prestação de serviços, então, isto constitui ou não uma violação dos procedimentos administrativos? Por que razão é que o Governo não apresentou, antes do termo do contrato, uma reforma ou um novo rumo para o Matadouro de Macau, nem procedeu, nos termos da lei, a um concurso público, prorrogando antes os contratos de forma repetida e misteriosa?

2. Os equipamentos da Matadouro de Macau, S.A. são obsoletos e o Conselho de Administração salientou várias vezes nos seus relatórios de trabalho que, para manter as quantidades de produção e abate, não era possível proceder à substituição plena dos equipamentos, mas sim assegurar apenas a reparação e manutenção básicas dos mesmos, e pequenas melhorias. Se a situação se mantiver, é possível que venham a ocorrer avarias que não possam ser reparadas e que levem à suspensão do abate. De que planos concretos dispõem os serviços competentes e a Matadouro de Macau, S.A. para actualizarem os equipamentos em causa? Devido à desactualização das máquinas de abate e ao aumento da pressão ao nível dos recursos humanos, resultante da excessiva dependência dos mesmos no processo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de abate, de que medidas concretas dispõe o Governo para resolver os problemas de funcionamento do Matadouro, nomeadamente a falta de mão-de-obra, a insuficiência no fornecimento, e os prejuízos? Por que razão é que os relatórios do Conselho de Administração não mencionam, desde 2022, a situação dos equipamentos?

3. Questionei várias vezes o Governo sobre o planeamento e o rumo de desenvolvimento do Matadouro, e este respondeu sempre que estava “a estudar o assunto”, sem adiantar mais nada. Os contratos são repetidamente prorrogados, e o Governo nunca referiu qual era o rumo concreto a seguir, deixando a sociedade e o sector em causa sem saberem qual é a posição do Governo nem o ponto de situação dos respectivos trabalhos. O Governo vai dialogar seriamente com o sector em causa e com as partes interessadas sobre o rumo de desenvolvimento do Matadouro? Vai realizar uma consulta pública para, em conjunto com a sociedade, encontrar soluções? O Governo tem afirmado que a procura de carne de vaca fresca no mercado de Macau diminuiu, no entanto, segundo alguns lojistas, o Matadouro não consegue fornecer carne fresca de qualidade, o que impede o desenvolvimento do mercado. O Governo vai recolher e tomar como referência as opiniões do sector em causa? Vai analisar e estudar as verdadeiras causas desta questão?

19 de Julho de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam U Tou